

FORMULÁRIO DE CANDIDATURA AO PROCEDIMENTO CONCURSAL

CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

Código da publicitação do procedimento

Código de candidato

A preencher pela entidade empregadora

CARACTERIZAÇÃO DO POSTO DE TRABALHO

Carreira _____ Categoria _____

Área de atividade _____

RJEP por tempo indeterminado

RJEP por tempo determinado

RJEP por tempo determinável

1. DADOS PESSOAIS

Nome

completo:

Data de nascimento:

Sexo: Masculino

Feminino

Nacionalidade:

Nº de Identificação Fiscal:

Morada:

Código Postal:

Localidade:

Concelho de residência:

Telefone:

Telemóvel:

Endereço eletrónico:

2. NÍVEL HABILITACIONAL

Assinale o quadrado apropriado:

01 Menos de 4 anos de escolaridade	<input type="checkbox"/>	08 Bacharelato	<input type="checkbox"/>
02 4 anos de escolaridade (1.º ciclo do ensino básico)	<input type="checkbox"/>	09 Licenciatura	<input type="checkbox"/>
03 6 anos de escolaridade (2.º ciclo do ensino básico)	<input type="checkbox"/>	10 Pós-graduação	<input type="checkbox"/>
04 9.º ano (3.º ciclo do ensino básico)	<input type="checkbox"/>	11 Mestrado	<input type="checkbox"/>
05 11.º ano	<input type="checkbox"/>	12 Doutoramento	<input type="checkbox"/>
06 12.º ano (ensino secundário)	<input type="checkbox"/>	13 Curso de especialização tecnológica	<input type="checkbox"/>
07 Curso tecnológico /profissional/ outros (nível III)*	<input type="checkbox"/>	99 Habilitação ignorada	<input type="checkbox"/>

* Nível III : Nível de qualificação da formação (c/ equivalência ao ensino secundário)

2.1 Identifique o curso e /ou área de formação:

2.2 Indique cursos de pós – graduação, mestrado ou doutoramento:

3. SITUAÇÃO JURÍDICO/ FUNCIONAL DO TRABALHADOR

3.1 Titular de relação jurídica de emprego público? Sim Não

3.2- Em caso negativo passe diretamente ao ponto 4. deste formulário.

Em caso afirmativo, especifique qual a sua situação:

3.2.1- Nomeação	Definitiva	<input type="checkbox"/>
	Transitória por tempo determinado	<input type="checkbox"/>
	Transitória por tempo determinável	<input type="checkbox"/>
3.2.2- Contrato	Tempo indeterminado	<input type="checkbox"/>
	Tempo determinado	<input type="checkbox"/>
	Tempo determinável	<input type="checkbox"/>
3.2.3- Situação atual	Em exercício de funções	<input type="checkbox"/>
	Em licença	<input type="checkbox"/>
	Em SME	<input type="checkbox"/>
	Outra	<input type="checkbox"/>

3.2.4 Órgão ou serviço onde exerce ou por último exerceu funções:

3.2.5 Carreira e categoria detidas:

3.2.6 Atividade exercida ou que por último exerceu no órgão ou serviço:

3.2.8- Avaliação de desempenho (últimos três anos):

Ano	<input type="text"/>	Menção quantitativa	<input type="text"/>
Ano	<input type="text"/>	Menção quantitativa	<input type="text"/>
Ano	<input type="text"/>	Menção quantitativa	<input type="text"/>

4. EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E FUNÇÕES EXERCIDAS

4.1 Funções exercidas, diretamente relacionadas com o posto de trabalho a que se candidata:

Funções	Data	
	Início	Fim

4.2 Outras funções e atividades exercidas:

5. FORMAÇÃO OU EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL SUBSTITUTIVA DO NÍVEL HABILITACIONAL EXIGIDO

5.1 No caso de a publicitação permitir a candidatura sem o grau académico exigido, indique a formação ou experiência profissional substitutiva.

6. OPÇÃO POR MÉTODOS DE SELECÇÃO

Se é titular da categoria e se encontra a exercer funções idênticas às do (s) posto (s) de trabalho publicitado (s) ou, encontrando-se em SME, as exerceu por último e pretende usar da prerrogativa de afastamento dos métodos de seleção obrigatórios, nos termos do n.º2 do artigo 36º, assinale a seguinte declaração:

*"Declaro que afasto os métodos de seleção obrigatórios, **Avaliação curricular e Entrevista de avaliação de competências**, e opto pelos métodos **Prova de conhecimentos e Avaliação psicológica**".*

7. REQUISITOS DE ADMISSÃO

"Declaro que reúno os requisitos previstos no artigo 17.º da LTFP, de 20/06 e, se for o caso, os requisitos exigidos na subalínea v) da alínea d) do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30/04, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11/01."

Sim

Não

8. NECESSIDADES ESPECIAIS

8.1 Caso lhe tenha sido reconhecido, legalmente, algum grau de incapacidade, indique se necessita de meios / condições especiais para a realização dos métodos de seleção.

9. FORMA DE NOTIFICAÇÃO (preenchimento obrigatório)

No âmbito do presente procedimento concursal, as notificações serão efetuadas para o endereço eletrónico por si indicado na folha de rosto deste formulário, nos termos do n.º 1 do artigo 10.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30/04, na redação dada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11/01, e do n.º 1 do artigo 63.º e da alínea b) do n.º 2 do artigo 112.º do Código do Procedimento Administrativo:

Declaro que autorizo

Declaro que não autorizo

10. DECLARAÇÃO (g), do n.º 1 do artigo 19.º, da Portaria n.º 125-A/2019, de 30/04, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11/01)

"Declaro que são verdadeiras as informações acima prestadas".

Localidade: _____

Data: _____

Assinatura

Documentos que anexa à candidatura:

Currículo

Certificado de habilitações

**Comprovativos de formação
(Quantidade _____)**

**Declaração a que se refere ii),
d), nº1 Artigo 19.º (*)**

Outros:

(*) Relação jurídica de emprego público previamente estabelecida, quando exista, bem como da carreira e categoria de que seja titular, da actividade que executa e do órgão ou serviço onde exerce funções.

INFORMAÇÃO SOBRE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Nos termos do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, aprovado pelo Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (RGPD), informa-se o seguinte:

- O Município de Beja, procede ao tratamento dos dados pessoais dos(as) candidatos(as) com a finalidade de dirigir o processo de recrutamento, através dos elementos que compõem o respetivo júri e de um número restrito de trabalhadores dos Recursos Humanos, onde se inclui a análise dos requisitos de admissão e a aplicação dos métodos de seleção previstos na publicitação do procedimento, bem como a publicitação da lista de candidatos admitidos e excluídos, das listas dos candidatos aprovados e não aprovados no decorrer da aplicação dos métodos de seleção, da lista unitária de ordenação final e respetivas audiências dos interessados, e, ainda, comunicações e notificações, fornecimento de acesso aos(às) contrainteressados(as), nos limites legais, para efeitos de audiência dos interessados, impugnação administrativa ou judicial.

- Os dados pessoais recolhidos são tratados ao abrigo das obrigações jurídicas determinadas pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e pela Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, alterada e republicada pela Portaria n.º 12-A/2021, de 11 de janeiro, as quais decorrem do interesse público refletido no n.º 2 do art.º 47.º da Constituição da República Portuguesa, ao determinar o concurso público como forma de ingresso na Administração Pública. O tratamento dos dados fundamenta-se, ainda, nas diligências pré-contratuais para estabelecimento do vínculo de emprego público (alíneas c) e e) do n.º 1 do art.º 6.º do RGPD). No que se refere aos dados de saúde relativos ao grau de incapacidade detido por um determinado candidato, o respetivo tratamento fundamenta-se no cumprimento de obrigações pelo responsável do tratamento (alínea b) do n.º 2 do art.º 9.º do RGPD, e Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, que estabelece o sistema de quotas de emprego na administração pública para pessoas com deficiência).

O responsável pelo tratamento pode recorrer aos serviços prestados por entidades especializadas, de natureza pública ou privada, no que se refere aos dados relativos a eventual avaliação psicológica, entrevista de avaliação de competências e realização de exames médicos, que estão sujeitos a especial sigilo e fundamentam-se no cumprimento de obrigações (alínea b) do n.º 2 do art.º 9.º do RGPD).

- O não fornecimento dos dados pessoais tem as consequências previstas na publicitação do procedimento.

- O Município de Beja é a entidade responsável pelo tratamento de dados. As comunicações para o exercício dos direitos atribuídos pelo direito da União Europeia e nacional devem ser dirigidas à Câmara Municipal de Beja, através dos respetivos endereço de correio eletrónico (geral@cm-beja.pt) e morada: Praça da República, 7800-427 Beja.

- Os dados pessoais são conservados pelo prazo de cinco anos contados da data de homologação da lista unitária de ordenação final, findo o qual são eliminados.

- Os titulares dos dados têm o direito de acesso, de retificação, de portabilidade, de apagamento, sempre que o exercício desse direito não colida com qualquer dever legal de conservação do responsável pelo tratamento de dados e de limitação de tratamento dos seus dados pessoais, em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado, devendo, para o efeito, proceder ao preenchimento do respetivo requerimento que se encontra disponível na página eletrónica deste Município (www.cm-beja.pt), no separador "Proteção de Dados", através do envio de e-mail para protecaodados@cm-beja.pt ou por carta para Praça da República, 7800-427 Beja. Assiste, ainda, o direito de apresentar reclamação perante a autoridade de controlo (Comissão Nacional de Proteção de Dados) e o direito a ação judicial e a indemnização no caso de violação dos seus direitos perante as instâncias jurisdicionais competentes.

Tomei conhecimento e concordo.

Beja, ____ de _____ de 20 ____

O(A) Titular

(assinatura conforme documento de identificação)